

ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DR. JORGE DAVID NASSER
PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA

NAIARA LEMOS MARTINS

**AÇÕES EDUCATIVAS COMO ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DA VIGILÂNCIA
SANITÁRIA DE FÁTIMA DO SUL**

CAMPO GRANDE/MS

2023

NAIARA LEMOS MARTINS

**AÇÕES EDUCATIVAS COMO ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DA VIGILÂNCIA
SANITÁRIA DE FÁTIMA DO SUL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito para obtenção do título de especialista em Saúde Pública pela Escola de Saúde Pública Dr. Jorge David Nasser, sob orientação da Dra. Adriane Pires Batiston.

CAMPO GRANDE (MS)

2023

RESUMO

Naiara Lemos Martins. **Ações educativas como estratégia de atuação da vigilância sanitária de Fátima do Sul.** Pós-graduação lato sensu em Saúde Pública. Tutoria. Dra. Adriane Pires Batiston. Escola de Saúde Pública Dr. Jorge David Nasser. 2023.

Para a definição do problema a ser abordado foram considerados aqueles que impactavam na realização das atividades diárias da VISA e aqueles sobre os quais seria possível intervir, ou seja, que estavam no âmbito da governabilidade da equipe da VISA. Diante disso, a temática de educação para o setor, foi escolhida para ser abordada nessa intervenção, considerando o enfrentamento de uma situação problema prevalente devido a observação das principais consequências associadas ao problema foram: Evidências frequentes, durante inspeções sanitárias, de não conformidades reincidentes já verificadas em inspeções anteriores; Relatos do setor regulado de desconhecimento acerca da legislação sanitária vigente (ex: Portaria 344/98, RDC 44/2009, RDC 471/2021); Pouca abertura ao diálogo com o setor regulado, já que essa situação me preocupava como fiscal sanitária farmacêutica e foi ai que identifiquei este problema, percebi a importância de executar treinamentos e ações de cunho educativo no âmbito de minhas ações a fim de justificar a relevância da temática escolhida. Nesse sentido, o objetivo geral deste trabalho é desenvolver ações educativas no âmbito da Vigilância Sanitária de Fátima do Sul, junto aos responsáveis legais e farmacêuticos que atuam nas farmácias e drogarias do município. Os objetivos relacionados são caracterizar as drogarias instaladas no município quanto a aspectos relacionados ao seu funcionamento tais como: atividades desenvolvidas, colaboradores e prestação de serviços farmacêuticos; realizar diagnóstico situacional quanto aos temas de maior interesse junto aos farmacêuticos e proprietários das drogarias privadas instaladas em Fátima do Sul; realizar ações de educação continuada com temas identificados como de interesse farmacêuticos e proprietários das drogarias privadas instaladas em Fátima do Sul. Foi realizada uma revisão da literatura por meio da leitura de artigos, livros, teses, leis e resoluções e efetuado um levantamento de todas as drogarias localizadas no Município de Fátima do Sul e a avaliação de características das mesmas. Primeiramente foi realizada uma reunião junto da equipe da VISA e a secretaria de saúde para expor o projeto de intervenção e definir as etapas do trabalho para o alcance dos objetivos propostos em seguida foi realizada uma reunião com os farmacêuticos e proprietários onde foi aplicado um questionário para levantamento e definição dos temas prioritários baseados nas atividades

desenvolvidas pelos estabelecimentos dos quais eles apresentam mais dificuldade para serem abordados nas capacitações realizadas pela vigilância sanitária de Fátima dos Sul (apêndice A), tal levantamento teve por intuito conhecer o público alvo das ações educativas e adequar as ações à sua realidade e demanda, além de auxiliar na definição do melhor horário para sua execução. Após a análise dos questionários foram elencados os principais assuntos que tiveram mais marcações a fim de realizar a programação que melhor atendeu às demandas dos farmacêuticos e proprietários das drogarias e enviado um ofício a Coordenadoria Estadual de Vigilância Sanitária (CVISA) e a gerência técnica de medicamentos (GTMED) e Conselho Regional de Farmácia CRF/MS com a proposta de capacitação, onde com êxito ficou elaborado o cronograma de ações educativas onde acontecerão anualmente e com data prevista para o ano de 2023 no fim do mês de setembro e início do mês de outubro. Foi solicitado mediante ofício a cedência do auditório da ACIFAS e Câmara Municipal para realização da capacitação e em seguida divulgação das ações educativas por meio de folder comunicativo para os farmacêuticos; Realização das Inscrições; Elaboração de questionário de avaliação das ações educativas junto aos participantes; Realização das ações educativas e por fim foi realizada a avaliação das ações educativas. Por meio do levantamento de dados secundários sobre as drogarias do Município, observou-se que, relacionado ao número de profissionais farmacêuticos, dentre as 17 farmácias cadastradas, 13 são drogarias privadas sendo 01 com manipulação de formulas e 04 são farmácias públicas; 100% contam com a assistência de um profissional farmacêutico durante o funcionamento, 23 % das drogarias com dois farmacêuticos. Constatou-se ainda que 08 drogarias (61%) são de propriedade de um profissional farmacêutico. Ainda de acordo com o levantamento, verificou-se que os estabelecimentos com relação aos produtos e serviços oferecidos 30% são classificadas como drugstore (comercialização de produtos de conveniência/produtos não medicamentosos, não farmacêuticos, como por exemplo: refrigerantes, sorvete, balas, chocolates, prendedor de cabelo, dentre outros). Já relacionado à assistência prestada no estabelecimento, 92% das drogarias comercializam medicamentos controlados e antimicrobianos. Após a avaliação foi notado um estreitamento na relação entre os atores favorecendo as ações de vigilância sanitária no controle dos riscos inerentes às atividades e aos serviços prestados nas drogarias assim como o conhecimento a respeito das legislações abordadas, gerando menos procura a respeito de dúvidas da legislação. Como forma de facilitar o entendimento do setor regulado sobre os documentos para renovação de alvarás sanitários, tem-se distribuído a lista de documentos elaborado pela equipe da contendo os itens necessários para requerer o alvará sanitário para posterior inspeção no estabelecimento. Para otimização do trabalho

em equipe foi proposta a reserva de horários semanais nas agendas dos fiscais da seção para atendimento ao setor regulado para sanar dúvidas sobre a legislação e procedimentos internos da VISA e realização de reuniões para a leitura em conjunto de relatórios de inspeção elaborados pela equipe da VISA com representantes de estabelecimentos. Observamos também um resultado não esperado como a grande adesão e interação dos participantes nas capacitações demonstrando ser essencial para a sustentabilidade das mudanças induzidas com essas ações. Um desafio a ser enfrentado refere-se à conscientização dos gestores sobre a importância das ações educativas que demandam tempo e conseqüente redução na produção mensal dos fiscais. A proposta de intervenção foi realizada inicialmente para os farmacêuticos e proprietários das drogarias do município, e irá se estender para os demais profissionais e estabelecimentos atendidos pela Visa Fátima do Sul como por exemplo as lactarias e odontólogo. Mesmo com a minha ausência a equipe poderá desempenhar e continuar aplicando as ações já que todos da equipe participaram de todas as etapas do projeto de intervenção de modo proveitoso e com visível domínio alcançado.

Educação em saúde. Ações educativas. Vigilância sanitária. Drogaria. Farmacêuticos

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANVISA- Agência Nacional de Vigilância Sanitária

GTMED- Gerencia técnica de medicamentos

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MS- Ministério da Saúde

SNVS Sistema Nacional de Vigilância Sanitária

SUS- Sistema Único de Saúde

VISA- Vigilância Sanitária

Visa –Fátima do Sul -Vigilância Sanitária do Município de Fátima Sul

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Distribuição dos estabelecimentos farmacêuticos cadastrados na VISA..... 14

SUMÁRIO

1. TEMA DE INTERESSE, NECESSIDADE DE MUDANÇA E JUSTIFICATIVA	10
2. OBJETIVOS	15
2.1. Objetivo principal da intervenção	15
2.2. Objetivos relacionados	15
3. AÇÕES REALIZADAS DURANTE A INTERVENÇÃO PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS – SEU PERCURSO NA INTERVENÇÃO	16
4. RESULTADOS OBSERVADOS DURANTE E APÓS A INTERVENÇÃO E OS AUTORES QUE O AJUDOU A REFLETIR SOBRE A REALIDADE E MUDANÇA.....	18
5. IMPACTO DA FORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS PARA O TRABALHO E A VIDA.....	20
6. EXPECTATIVA DA CONTINUIDADE DA INTERVENÇÃO APÓS O TÉRMINO DA FORMAÇÃO	22
APENDICE A – QUESTIONÁRIO ENVIADO PARA OS FARMACÊUTICOS E RESPONSÁVEIS LEGAIS DO ESTABELECIMENTO.....	26

1. TEMA DE INTERESSE, NECESSIDADE DE MUDANÇA E JUSTIFICATIVA

Diante dos problemas vivenciados cotidianamente pela equipe da Vigilância Sanitária, da escassez de ações educativas que ocorrem na VISA do município de Fátima do Sul que embora presente no escopo de atuação da VISA, as atividades educativas não são prioridade na programação das ações diárias, em especial envolvendo as farmácias, e considerando as proposições da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no que se refere à importância da realização de tais atividades pelos órgãos de Vigilância Sanitária,

Foi idealizada uma proposta de intervenção a fim de inserir a execução dessas atividades na rotina das farmácias já que o curso de pós-graduação em Saúde Pública me impulsionou a analisar meu trabalho, considerando os princípios e diretrizes do Sistema único de Saúde (SUS). A partir dessa reflexão, notei que a “ausência de ações educativas estruturadas e programadas” encontrava-se no ápice da lista de problemas elencados.

Os estudos em Saúde Pública e as práticas diárias vivenciadas levaram-me a refletir sobre a amplitude das ações de Vigilância Sanitária, que transcendiam o atendimento do setor regulado para fins de liberação de alvarás sanitários.

Para a definição do problema a ser abordado foram considerados aqueles que impactavam na realização das atividades diárias da VISA e aqueles sobre os quais seria possível intervir, ou seja, que estavam no âmbito da governabilidade da equipe da VISA. Diante disso, a temática de educação para o setor, foi escolhida para ser abordada nessa intervenção, considerando o enfrentamento de uma situação problema prevalente devido a observação das principais consequências associadas ao problema foram: Evidências frequentes, durante inspeções sanitárias, de não conformidades recorrentes já verificadas em inspeções anteriores; Relatos do setor regulado de desconhecimento acerca da legislação sanitária vigente (ex: Portaria 344/98, RDC 44/2009, RDC 471/2021); Pouca abertura ao diálogo com o setor regulado, já que essa situação me preocupava como fiscal sanitária farmacêutica e foi ai que identifiquei este problema, percebi a importância de executar treinamentos e ações de cunho educativo no âmbito de minhas ações a fim de justificar a relevância da temática escolhida. A grande demanda de inspeções em atendimento a processos administrativos para liberação de Alvará Sanitário, fiscalização estabelecimentos, atendimento a denúncias e outros serviços administrativos dificultam o desenvolvimento de projetos na seção, o que incluem as ações educativas nas farmácias.

Sendo assim me fez concluir que efetividade das ações poderiam estar associado à inclusão das ações educativas na programação da VISA, já que muitas eram as dúvidas e desconhecimento dos farmacêuticos.

1.1 A história da vigilância sanitária no Brasil

A vigilância sanitária é definida como “um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir, ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse à saúde” (BRASIL, 1990).

Apesar de as ações de natureza sanitária sempre estarem presentes no âmbito das atividades de Saúde Pública, a VISA ganhou mais visibilidade ao setor de saúde a partir da década de 1970, com a criação da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária, por meio do Decreto Nº 79.056, de 30 de dezembro de 1976, que a estabeleceu como um órgão da administração e atribuiu-lhe as seguintes competências:

Art. 13. À Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária compete promover ou elaborar, controlar a aplicação e fiscalizar o cumprimento de normas e padrões de interesse sanitário relativos a portos, aeroportos, fronteiras, produtos médico - farmacêuticos, bebidas, alimentos e outros produtos ou bens, respeitadas as legislações pertinentes, bem como efetuar o controle sanitário das condições do exercício profissional relacionado com a saúde (BRASIL, 1976).

Em 1988 foi promulgada a Constituição Federal, que reconheceu a saúde como direito do cidadão e dever do Estado, reforçou o papel da vigilância sanitária e definiu sua atuação no Sistema Único de Saúde brasileiro, na proteção da saúde de todos os brasileiros conforme descrito no art. 200 o qual diz que: Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei: I – controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos; VII – participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos (BRASIL, 1988).

A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, fortaleceu o conceito de vigilância sanitária, retratando o momento histórico vivenciado na saúde pública brasileira. Os anos 90 foram marcados pelo processo de globalização econômica (BRASIL, 1990).

Os acontecimentos daquela época causaram uma grave crise na Secretaria de Vigilância sanitária e colocaram em evidência a precariedade dos controles sanitários e a frágil capacidade fiscalizatória da VISA, em desacordo das funções do estado democrático de proteger e promover a saúde e o bem-estar dos cidadãos, como descrito na Constituição Federal e na Lei Orgânica da Saúde (COSTA, 2004).

Sob influência da crise, em dezembro de 1998 o Ministério da Saúde apresentou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.791, com a proposta de criação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que foi acatada em 13 de janeiro de 1999, originando na Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999 que instituiu o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) e criou a Anvisa.

O SNVS é composto pela Anvisa e Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS) em nível federal, pelos órgãos de vigilância sanitária das Secretarias de Estado de Saúde e seus Laboratórios Centrais (LACEN) no plano estadual; e pelos serviços de vigilância sanitária dos municípios (BRASIL, 2011). A Anvisa é uma autarquia sob regime especial, vinculada ao Ministério da Saúde, caracterizada pela independência administrativa, estabilidade de seus dirigentes e autonomia financeira (BRASIL, 1999).

1.2 Papel educativo da vigilância sanitária

A publicação de leis e o ordenamento dos serviços sanitários levaram ao surgimento de uma área na saúde pública hoje denominada vigilância sanitária assim a intervenção sanitária foi ganhando espaço no Brasil, caracterizada pelo poder de polícia administrativa e pela realização de atividades de fiscalização e aplicação de penalidades (BRASIL, 2011).

As ações de vigilância empreendem atividades para controle do risco utilizando de instrumentos legais, fiscalização e outras práticas que perpassam pela comunicação, educação sanitária, sistemas de informação, monitoramento da qualidade de produtos e serviços, vigilância de eventos adversos, dentre outras. Baseado nesses princípios, a comunicação e a educação são fundamentais para a atuação da VISA. A restauração do conhecimento e a utilização de práticas pedagógicas, com ações baseadas em diálogo, contribuem para a criação e construção da consciência sanitária, proporcionando aos cidadãos um olhar crítico e meios de defesa contra os riscos inerentes às práticas do sistema produtivo (COSTA;ROZENFELD, 2000).

A Anvisa, tem trabalhado para mudar a concepção de vigilância sanitária punitiva e estimulado o desenvolvimento de ações educativas no âmbito de atuação da Vigilância Sanitária por meio de promoção de iniciativas de formação e desenvolvimento. Dentre as ações pode-se citar o Programa de Formação e Aperfeiçoamento Profissional em Vigilância Sanitária, Capacita-Visa, destinado aos profissionais das VISA's estaduais e municipais. Para o setor regulado, a agência promove e divulga webinários e outros eventos técnicos, além de cursos, seminários e eventos sobre assuntos variados do campo de atuação da Agência, como o Educanvisa, que tem como público professores da rede pública de ensino (ANVISA, 2019).

1.3 Educação em Saúde

As atividades de educação em saúde são fundamentais à prática profissional nesta área, porém, na maioria das vezes, são colocadas em um segundo plano no planejamento e estruturação das ações diárias (FALKENBERG et al., 2014).

Neste contexto o modelo dialógico tem sido vinculado a mudanças nas práticas, por não serem legitimados pela persuasão ou autoridade, mas pela construção de novos sentidos e significados através da troca de saberes existente entre profissionais e usuários é possível construir um saber compartilhado, com o estabelecimento de vínculos, proporcionando a criação de uma relação de confiança (ALVES, 2005).

1.4 Município de Fátima do Sul

Conforme dados do IBGE (2021), o município de Fátima do Sul possui área territorial de 315,333 km² é um município brasileiro da região Centro-Oeste, situado no estado de Mato Grosso do Sul. O município de Fátima do Sul está situado na região da Grande Dourados do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede localizada a 214 km da capital. Seus limites são: ao norte com o município de Dourados, ao sul com o município de Fátima do Sul, a leste com os municípios de Deodápolis e Glória de Dourados. Possui uma população estimada em 19.152 pessoas e é composto por um distrito (Culturama), localizado há aproximadamente 30 km de Fátima do Sul. A Economia se baseia principalmente na agropecuária.

No que se refere à Rede de saúde instalada, o município é composto por sete unidades de saúde da família, um centro de especialidades médicas, um hospital geral, três farmácias básicas municipais, um laboratório de análises clínicas, duas clínicas de fisioterapia e uma academia da saúde.

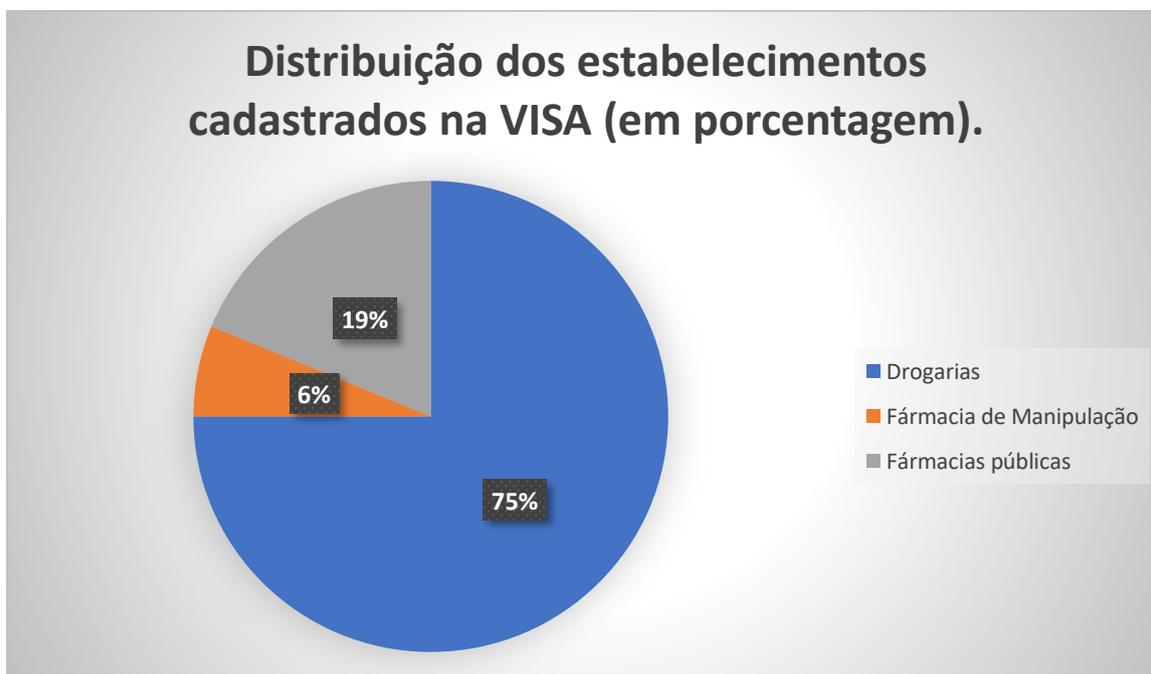
1.5 Vigilância Sanitária do município de Fátima do Sul

A VISA é um dos eixos de atuação da Vigilância em Saúde que abrange ainda a vigilância epidemiológica, vigilância ambiental, zoonoses e vigilância em saúde do trabalhador. No município de Fátima do Sul, a vigilância sanitária está inserida na Secretaria Municipal de Saúde e conta com 4 profissionais de nível superior de cargo efetivo e nomeados para a função de fiscais sanitários sendo eles, uma farmacêutica, uma enfermeira, uma médica veterinária e uma nutricionista. Estão cadastrados na VISA de Fátima do Sul 16 estabelecimentos farmacêuticos sendo 12 drogarias, 01 farmácia de manipulação e 03 farmácias públicas sujeitos a controle sanitário.

As principais atividades da VISA estão relacionadas às inspeções sanitárias para concessão e renovação de Alvará Sanitário, investigação sanitária de eventos adversos relacionados a medicamentos, denúncias, atividades técnicas, monitoramento no comércio dos produtos sujeitos à Visa, atendimento ao público, atividades administrativas e atividades educativas. Conforme a Resolução SES Nº 80 DE 16/12/2020 a qual:

Dispõe sobre o grau de risco sanitário das atividades econômicas, licenciamento sanitário no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências” todos os estabelecimentos atendidos pela seção apresentam atividades econômicas classificadas com grau de risco alto como: indústria de saneantes, cosméticos, perfumes e produtos de higiene, produtos para a saúde; farmácias de manipulação; drogarias; distribuidoras de medicamentos, produtos para saúde (correlatos), saneantes, cosméticos, perfumes e produtos de higiene, com ou sem fracionamento; distribuidora de insumos químicos para fabricação de saneantes, cosméticos, perfumes e produtos de higiene; armazenadora de medicamentos, saneantes, cosméticos, perfumes, produtos de higiene e produtos para saúde; transportadora de medicamentos, saneantes, cosméticos, perfumes, produtos de higiene e produtos para saúde (MATO GROSSO DO SUL, 2020).

Gráfico 1: Distribuição dos estabelecimentos cadastrados na VISA (em porcentagem)



2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo principal da intervenção

Desenvolver ações educativas no âmbito da Vigilância Sanitária de Fátima do Sul, junto aos responsáveis legais e farmacêuticos que atuam nas farmácias e drogarias do município.

2.2. Objetivos relacionados

Caracterizar as drogarias instaladas no município quanto a aspectos relacionados ao seu funcionamento tais como: atividades desenvolvidas, colaboradores e prestação de serviços farmacêuticos.

Realizar diagnóstico situacional quanto aos temas de maior interesse junto aos farmacêuticos e proprietários das drogarias privadas instaladas em Fátima do Sul.

Realizar ações de educação continuada com temas identificados como de interesse farmacêuticos e proprietários das drogarias privadas instaladas em Fátima do Sul.

3. AÇÕES REALIZADAS DURANTE A INTERVENÇÃO PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS – SEU PERCURSO NA INTERVENÇÃO

Para o desenvolvimento do projeto foi realizada uma revisão da literatura por meio da leitura de artigos, livros, teses, leis e resoluções, a fim de buscar uma associação entre o aspecto histórico da evolução das ações de vigilância sanitária no Brasil. Foi efetuado um levantamento de todas as drogarias localizadas no Município de Fátima do Sul e a avaliação de características como: número de funcionários, em especial farmacêuticos; número de estabelecimentos cujo proprietário é farmacêutico; prestação de serviços farmacêuticos e comercialização de artigos de conveniência. O levantamento foi realizado por meio de dados secundários, como documentos que compõem os processos administrativos de solicitação e renovação de Alvará Sanitário protocolados no ano de 2022 a 2023 e que se encontram arquivados na Visa- Fátima do Sul, uma vez que se tratava de documentos mais recentes e atualizados. Foram avaliados: cópia do CNPJ da empresa, relatórios de inspeção emitidos pela equipe, projetos arquitetônicos, liminares, autorização judicial e procedimentos operacionais padrão da empresa, dentre outros.

O primeiro passo foi realizar uma reunião junto da equipe da VISA e a secretaria de saúde para expor o projeto de intervenção e definir as etapas do trabalho para o alcance dos objetivos propostos e, tal levantamento teve por intuito conhecer o público alvo das ações educativas e adequar as ações à sua realidade e demanda, além de auxiliar na definição do melhor horário para sua execução. No dia 27 de abril de 2023 foi realizada uma reunião com os farmacêuticos e proprietários onde foi aplicado um questionário para levantamento e definição dos temas prioritários baseados nas atividades desenvolvidas pelos estabelecimentos dos quais eles apresentam mais dificuldade para serem abordados nas capacitações realizadas pela vigilância sanitária de Fátima dos Sul (apêndice A).

Após a análise dos questionários foram elencados os principais assuntos que tiveram mais marcações a fim de realizar a programação que melhor atendessem às demandas dos farmacêuticos e proprietários das drogarias e enviado um ofício a Coordenadoria Estadual de Vigilância Sanitária (CVISA) a gerência técnica de medicamentos (GTMED) e ao Conselho Regional de Farmácia CRF/MS com a proposta de capacitação, onde com êxito ficou elaborado o cronograma de ações educativas que aconteceram no dia 29 de setembro e 17 de outubro de 2023 totalizando a duração de 10 horas.

Foi solicitado mediante ofício a cedência do auditório da ACIFAS e Câmara Municipal para realização da capacitação já que a Secretaria Municipal de Saúde não dispõe de espaço para atender o quantitativo e em seguida divulgação das ações educativas por meio de folder comunicativo para os farmacêuticos enviado pelo aplicativo Whatsshap;

As capacitações contaram com a presença de 16 participantes dentre eles farmacêuticos e proprietários e deram inicio da seguinte maneira:

- Realização das Inscrições;
- Realização das ações educativas com temas:
 - ◆ Medicamentos sujeitos a controle especial - Portaria 344/98, RDC 44/2009 e RDC 471/2021 realizada no auditório da ACIFAS no dia 29 de Setembro de 2023 das 14 horas às 18 horas com o Gerente técnico de medicamentos da Vigilância Estadual Adam Macedo Adami;
 - ◆ Boas práticas farmacêuticas e fiscalização realizada no auditório da Câmara Municipal no dia 17 de Outubro de 2023, das 14 horas às 18 horas com os consultores do CRF/MS Marcos e Ronaldo de Jesus Costa.

E por fim foi realizada a avaliação das ações educativas.

Um desafio a ser enfrentado refere-se à conscientização dos gestores sobre a importância das ações educativas que demandam tempo e conseqüente redução na produção mensal dos fiscais.

4. RESULTADOS OBSERVADOS DURANTE E APÓS A INTERVENÇÃO E OS AUTORES QUE O AJUDOU A REFLETIR SOBRE A REALIDADE E MUDANÇA

Por meio do levantamento de dados secundários sobre as drogarias do Município, observou-se que, relacionado ao número de profissionais farmacêuticos, dentre as 17 farmácias cadastradas, 13 são drogarias privadas sendo 01 com manipulação de formulas e 04 são farmácias públicas; 100% contam com a assistência de um profissional farmacêutico durante o funcionamento, 23 % das drogarias com dois farmacêuticos. Constatou-se ainda que 08 drogarias (61%) são de propriedade de um profissional farmacêutico. Ainda de acordo com o levantamento, verificou-se que os estabelecimentos com relação aos produtos e serviços oferecidos 30% são classificadas como drugstore (comercialização de produtos de conveniência/produtos não medicamentosos, não farmacêuticos, como por exemplo: refrigerantes, sorvete, balas, chocolates, prendedor de cabelo, dentre outros). Já relacionado à assistência prestada no estabelecimento, 92% das drogarias comercializam medicamentos controlados e antimicrobianos e 100% oferecem atividades de prestação de serviços farmacêuticos para a comunidade que compreende:

- Verificação e monitoramento de pressão arterial;
- Verificação e monitoramento de temperatura corporal;
- Perfuração de lóbulo auricular para colocação de brincos.

É possível observar que as ações educativas foram realizadas de forma não aleatória e resultaram em alta abrangência e muito impacto sobre os envolvidos, após a avaliação foi notado um estreitamento na relação entre os atores favorecendo as ações de vigilância sanitária no controle dos riscos inerentes às atividades e aos serviços prestados nas drogarias assim como o conhecimento a respeito das legislação abordadas

Como forma de facilitar o entendimento do setor regulado sobre os documentos para renovação de alvarás sanitários, tem-se distribuído a lista de documentos elaborado pela equipe da contendo os itens necessários para requerer o alvará sanitário para posterior inspeção no estabelecimento.

Para otimização do trabalho em equipe foi proposta a reserva de horários semanais nas agendas dos fiscais da seção para atendimento ao setor regulado para sanar dúvidas sobre a legislação e procedimentos internos da VISA e realização de reuniões para a leitura em conjunto de relatórios de inspeção elaborados pela equipe da VISA com representantes de

estabelecimentos que demandem maior atenção como: nunca licenciados e cujos farmacêuticos nunca atuaram no município;

Segundo Silva (2019) espera-se que a efetivação desse projeto promova uma quebra de paradigma entre os colaboradores e setor regulado, proporcionando a conscientização dos atores sobre a importância da educação e informação na execução de suas ações e possibilitando o estreitamento das relações entre os envolvidos, a fim de que a Visa possa cumprir seu papel educativo e colaborar com o crescimento dos profissionais que atuam nesses estabelecimentos. Acredita-se que a realização de atividades educativas para os farmacêuticos e proprietários das drogarias do município de Fátima do Sul acarrete maior cumprimento das Boas Práticas de Dispensação, com conseqüente redução no número de não conformidades, em especial as críticas, observadas durante as inspeções sanitárias nas drogarias, além da diminuição na abertura de processos administrativos sanitários em decorrência da lavratura de autos de infração.

Embora esse trabalho tenha sido pensado na necessidade das informações do curso e da importância da educação permanente, a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde foi criada em 2004 e tem como objetivo transformar a rede pública de saúde utilizando ensino e aprendizagem no processo de trabalho. A educação permanente propõe que o trabalho passe a ser um local onde os saberes e práticas sejam reflexivos, críticos, construtivistas, comprometidos e competentes. Diante disso, os atores da educação permanente em saúde devem se sentir intimados ao processo de criação, abertura e ao coletivo (CECCIM, 2005; CECCIM, FERLA, 2009).

Melo (2010) relata que em relação à percepção dos técnicos e gestores da VISA sobre o desenvolvimento de ações de promoção e educação em saúde, da análise dos discursos e dos documentos, 79 identificou-se a priorização das atividades relacionadas ao poder de polícia, praticamente restringindo o âmbito da Vigilância Sanitária a elas, em detrimento da educação em saúde como estratégia para promoção de saúde. Nos discursos, observou-se que técnicos e gestores da VISA perceberam educação em saúde sob dois enfoques. No primeiro, essa atividade ocorria no momento da fiscalização ou inspeção sanitária, sob a forma de orientação para embasar o cumprimento de exigências legais. No segundo enfoque, havia uma associação entre educação em saúde e as atividades de capacitação e treinamento para o setor regulado

Por fim, ressalta-se que no desenvolvimento deste projeto observou-se uma escassez de literatura sobre iniciativas de realização de ações educativas para o setor regulado, o que demonstra o quanto esta prática ainda é iniciante.

5. IMPACTO DA FORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS PARA O TRABALHO E A VIDA.

Mais do que conhecimento técnico, adquiri capacidades comportamentais, como a autonomia, a criatividade e o protagonismo social composto por iniciativa, sinto-me mais confiante.

Ao desenvolver as competências como interprofissionalidade, atenção à saúde, educação em saúde e gestão em saúde tive consciência do meu papel como agente promotor de saúde, e quanto a ausência de ações podem acarretar à saúde da população.

O eixo que mais desenvolvi foi em vigilância em saúde já que a metodologia era novidade e me sentia insegura em relação aos eixos anteriores até mesmo porque era uma metodologia totalmente diferente do que vivenciei em toda minha educação. Neste eixo pude aprofundar meu conhecimento e também transmitir o conhecimento da minha área de atuação. Nesse contexto a relação dialógica envolvida nas ações educativas mostra-se adequada como uma prática emancipatória e de desenvolvimento dos atores.

O crescimento e evolução de habilidades que adquiri neste curso foi inestimável, extremamente enriquecedor para a prática e desempenho diário no meu serviço prestado à população. Evolui significativamente profissional onde tive experiências sensacionais com diversos profissionais (interprofissionalidade), onde este ambiente de aprendizado me rendeu novas experiências e me incentivou a obter e desenvolver novas ideias no meu trabalho. Outro estímulo importante foi o meu desenvolvimento pessoal o qual foi reflexivo no meu trabalho onde me ajudou a melhorar a capacidade de lidar com o estresse, a comunicação e resolução de conflitos no ambiente de serviço.

O compartilhamento de conhecimento, aprendizagem, colaboração em soluções são conquistas que adquiri neste curso para continuar a transformar a realidade do SUS.

Para o futuro pretendo aplicar as práticas aprendidas no curso de pós graduação em saúde pública com a finalidade de promover a educação em saúde (competência que mais desenvolvi ao longo do meu curso) e estender para os demais estabelecimentos atendidos pela visa Fátima do Sul e pelos outros setores que compõem a Vigilância em Saúde.

6. EXPECTATIVA DA CONTINUIDADE DA INTERVENÇÃO APÓS O TÉRMINO DA FORMAÇÃO

As ações educativas são um importante instrumento de fortalecimento da Visa e para que haja sustentabilidade é importante conscientizar a população e até mesmo os trabalhadores da Visa sobre quão abrangente é seu campo de atuação, que suas ações não estão restritas somente a fiscalização.

A proposta de intervenção foi realizada inicialmente para os farmacêuticos e proprietários das drogarias do município, e irá se estender para os demais profissionais e estabelecimentos atendidos pela Visa Fátima do Sul como por exemplo as lactarias e odontólogo. Mesmo com a minha ausência a equipe poderá desempenhar e continuar aplicando as ações já que todos da equipe participaram de todas as etapas do projeto de intervenção de modo proveitoso e com visível domínio alcançado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS UTILIZADAS PARA APOIO À INTERVENÇÃO

ALVES, Vânia Sampaio. Um modelo de educação em saúde para o Programa Saúde da Família: pela integralidade da atenção e reorientação do modelo assistencial. **Interface- Comunicação, saúde, educação**, v. 9, p. 39-52, 2005.

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília, 2019. Disponível em: < <http://portal.anvisa.gov.br/> >. Acesso em: 30 maio. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília DF, 19 set. 1990. Acesso em: 03 abril 2023. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm

BRASIL. Decreto nº 79.056 de 30 de dezembro de 1976. Dispõe sobre a organização do Ministério da Saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 dez. 1976. Disponível em: Acesso em: 25 maio. 2023

BRASIL. Lei n. 9.782, de 26 de janeiro de 1999. Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 jan. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9782.htm. Acesso em: 21 maio. 2023

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Vigilância em Saúde: parte 2. Para entender o SUS. Volume 6. Brasília, DF: **Conass**, 2011. Disponível em:< https://www.conass.org.br/bibliotecav3/pdfs/colecao2011/livro_6.pdf>. Acesso em: 23 maio. 2023.f

COSTA, E. A. Vigilância Sanitária. Proteção e Defesa da Saúde. 2.ed. São Paulo: Sobravime, 2004. 496 p.

CECCIM, R. B. Educação Permanente em Saúde: descentralização e disseminação de capacidade pedagógica na saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 975-986, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/cbxpHx6Lv8qgqvwtBsghwjD/>. Acesso em: 02 jun 2023.

CECCIM, R. B.; FERLA, A. A. Educação e saúde: ensino e cidadania como travessia de fronteiras. *Trab. educ. saúde*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 443- 456, 2008. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/tes/a/VdPNdYy66RSD7QwqWVHYsxj/abstract/?lang=pt> >. Acesso em: 30 maio 2023

COSTA, E. A.; ROZENFELD, S. Constituição da vigilância sanitária no Brasil. In: ROZENFELD, S. (Coord.). *Fundamentos da Vigilância Sanitária* [online]. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. p.15-40.

FALKENBERG, M. B. et al . Educação em saúde e educação na saúde: conceitos e implicações para a saúde coletiva. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 19, n. 3, p. 847-852, Mar. 2014 . Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000300847&lng=en&nrm=isso> . Acesso em: 04 jun 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro, c2019. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/fatima-do-sul/panorama>>. Acesso em: 30 maio 2023.

MELO, Marcos Roberto Andrade de et al. **Ações de educação em saúde na Vigilância Sanitária do Recife**. 2010. Tese de Doutorado. Instituto Aggeu Magalhães. Disponível em: < <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/35670/554.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> . Acesso em:02 jun.2023

APENDICE A – QUESTIONÁRIO ENVIADO PARA OS FARMACÊUTICOS E RESPONSÁVEIS LEGAIS DO ESTABELECIMENTO

LEVANTAMENTO DE TREINAMENTOS A SEREM MINISTRADOS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE FÁTIMA DO SUL

Objetivo: Levantamento da necessidade de treinamentos demandada aos responsáveis das farmácias e drogarias.

1- Você gostaria de participar de treinamentos promovidos pela Vigilância Sanitária?

- Sim
- Não

2-Quais assuntos você considera mais relevantes para um treinamento?

- Medicamentos controlados – Portaria 344/98
- Antimicrobianos – RDC 471/2021
- Boas Práticas de dispensação
- RDC 44, de 17/8/2009/ANVISA (Dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias);
- Publicidade e Propaganda
- Infrações Sanitárias
- Responsabilização ética e civil do profissional farmacêutico

3-Com relação à carga horária e frequência dos treinamentos, marque a opção que melhor atenda às suas demandas:

- Treinamentos com duração de um dia, que abordem um ou mais assuntos
- Treinamentos com duração de uma semana que abordem vários assuntos e ocorram anualmente

Outro: _____

4-Com relação ao horário de realização dos treinamentos, marque a opção que melhor atenda às suas demandas:

- Treinamento realizado de segunda a sexta em horário comercial (entre 8:00horas e 17horas)
- Treinamento fora do horário comercial. OBS: Nesta situação, favor especificar o melhor horário _____